

Orçamento

Governo pode editar MP para socorrer os três Poderes

19 SET 1990

O governo poderá editar medida provisória para destinar créditos suplementares de Cr\$ 2,5 trilhões ao Executivo, Judiciário e Legislativo. Os três poderes enfrentam dificuldades para pagar fornecedores ou comprar material, porque o Congresso não aprovou o projeto de suplementação orçamentária enviado pelo Executivo no início do segundo semestre.

Apesar de o procurador geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga considerar inconstitucional a utilização de medidas provisórias em questões orçamentárias, o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, defendeu essa hipótese ontem. Segundo Cabral, a Constituição, em seu artigo 167, permite a abertura de créditos extraordinários através de medidas provisórias para situações de emergência e despesas imprevisíveis, decorrentes de guerra ou calamidade pública. "Se os poderes

Arquivo / AE



Cabral: a situação dos três Poderes é de calamidade pública, e isso justifica a edição de Medida Provisória.

não tiverem condições de desenvolver suas responsabilidades, chega-se a uma situação de impasse que exige a tomada de uma decisão observou o ministro.

O assunto foi discutido na tarde de ontem entre Cabral, a

ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello e o Presidente Fernando Collor. O ministro espera que o governo tome uma decisão sobre o crédito suplementar "de imediato". Se depender de Cabral, o problema será resolvido "o mais breve possível".

Segundo o ministro, a sugestão de utilização da medida provisória foi dada pelo relator da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, onde está parado o projeto de suplementação do Executivo, deputado João Alves (PFL-BA). "O deputado fez algumas sugestões, o Ministério da Justiça acolheu, e vou leva-las ao presidente da República, a fim de que se resolva, porque é um caso de calamidade pública", explicou Cabral.

A falta de verbas atinge indistintamente ministérios, tribunais e o próprio Congresso. Em muitos órgãos, calcula-se que dentro de um mês não haverá recursos sequer para a folha de pagamento dos funcionários. O Itamaraty é um dos órgãos mais atingidos. Há duas semanas, o Ministério das Relações Exteriores não tinha recursos para preparar a viagem que Collor fará aos Estados Unidos.